

DECLARAÇÃO

1. Paulo Renato Ferreira Alves, titular do cartão de cidadão nº 8589361 7ZY8, residente na Avenida Marquês de Tomar, 21 - 5 AD, em Lisboa e na qualidade de representantes legais da BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., número de identificação fiscal 501340467 e sede na Avenida da República, 50 - 10.º, Lisboa, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “Aquisição de Serviços de Auditor Externo” pelo Município da Nazaré, e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declaram, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declaram aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declaram também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
 - a) Proposta, onde consta, entre outros elementos, (i) memória descritiva dos trabalhos a desenvolver, (ii) o valor total da proposta, sem IVA e a taxa de IVA aplicável e (iii) o cronograma cronológico para a revisão legal das contas e parecer semestral;
 - b) Certidão Permanente;
 - c) Procuração BDO SROC;
 - d) Comprovativo de inscrição na OROC;
 - e) Comprovativo de Jurista.
3. Declaram ainda que renunciam a foro especial e se submetem, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declaram, sob o compromisso de honra, que não se encontram em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Os declarantes tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o Concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7. Os declarantes tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhes seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 22 de agosto de 2022